

Amazônia: meio ambiente, tecnologia agrícola e segurança alimentar

Alfredo Kingo Oyama Homma¹

Em maio de 2009 uma ONG sediada em Belém com amplitude nacional e mundial defendeu a extinção da atividade pecuária na Amazônia, por entender ser esta a principal responsável pelo *ecocídio* da floresta. As pastagens constituem a maior forma de uso da terra na Amazônia. Cerca de 56 milhões ha são pastos com diferentes estádios de degradação dos 72 milhões ha que foram desmatados até 2007. Esta área é superior a soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná ou três vezes o Estado do Paraná. A Amazônia Legal contribui com 8% do PIB, ou seja, duas vezes a de Santa Catarina. Esta reduzida participação reforça os ambientalistas contra qualquer atividade produtiva na Amazônia. A grande questão é quanto à viabilidade dessa proposta. A questão ambiental na Amazônia constitui efeitos de causas mais complexas, tanto a nível local, nacional e internacional, que obscurecem a busca de uma solução concreta.

Apresenta a seguir alguns pressupostos com relação ao tema do painel que precisam ser encarados com determinação por uma política pública de longo prazo:

1 – Inexistência de desenvolvimento sustentável (Daly, 1991). A impossibilidade de viajar mais rápido que a velocidade da luz, de criar ou destruir a matéria-energia ou de criar uma máquina moto-perpétuo como queriam os Renascentistas, bem como existe um limite para a população de árvores que a terra pode suportar, como há limite para as populações humanas e de automóveis, mostra que chegou o momento de mudar o discurso do “desenvolvimento sustentável” para a Amazônia. Esta só será possível com “desenvolvimento sem crescimento”, a despeito das melhorias qualitativas. Muitas propostas ditas sustentáveis em nível local são dependentes de importações de energia ou de outros recursos naturais, baseados em sistemas fechados, com sustentabilidade exógena, em vez de endógena.

2 - Redução dos desmatamentos e queimadas. Toda política pública para a Amazônia deve estar voltada para a utilização parcial de mais de 72 milhões ha que já foram desmatados que constitui a Segunda Natureza. A utilização parcial e a recuperação de áreas que não deveriam ter sido desmatadas mostra o potencial que poderia ser obtido transformando em uma Terceira Natureza com a aplicação correta de práticas agrícolas e de atividades adequadas. A floresta original é a Primeira Natureza. Esta utilização fica neutralizada se for mantida a contínua formação de berçários de áreas desmatadas.

3 – Redução absoluta e relativa da população rural. Apesar do estereótipo da imagem de “povos da floresta”, a Amazônia é praticamente urbana. A urbanização do país não tem sido diferente para a Região Norte onde 70% da população já é urbana, 90% (Amapá), 79% (Mato Grosso), 76% (Roraima), 75% (Amazonas), 74% (Tocantins), 67% (Pará e Acre) e 64% (Rondônia). Estes migrantes, ao se dirigirem em direção aos centros urbanos, engordam os níveis de desemprego e subemprego, favelamento e criminalidade, neutralizam as políticas sociais e as soluções envolvem altíssimos custos sociais. Não se pode esquecer que o Nordeste concentra mais de 46% da população rural do País, representando sempre uma bomba populacional, que dependendo das circunstâncias, pode migrar em direção à Amazônia. Se considerar o percentual de população rural do Sudeste para o Nordeste, indica

¹ Doutorado em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, e-mail: homma@cpatu.embrapa.br ou homma@oi.com.br

que existe um potencial migratório superior a 8 milhões de habitantes que pode deslocar para Doutorado em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará, e-mail: homma@cpatu.embrapa.br ou homma@oi.com.br a Amazônia na busca de novas esperanças. Estes impactos não seriam comparados como a da China, em que 70% da população é rural e 64% da população economicamente ativa é do campo.

4 – Desenvolvimento excludente: limpos e sujos. A inclusão social não pode ser efetuada com a defesa de algumas atividades e a exclusão de outras indispensáveis para a sociedade. Esse argumento teria validade para a extração madeireira predatória, garimpos, desmatamento para pastagens ou para roças, tráfico de animais, tóxicos, carvoejamento, prostituição e outras atividades ao redor do mundo como o fumo, armamentos, etc. No caso da Amazônia é muito comum aconselhar o turismo ecológico, reservas extrativistas, plantas medicinais, etc. e condenar a pecuária, soja, arroz, milho, dendê, etc. A sociedade necessita da produção de óleo de soja, carne bovina, leite, etc. Quem vai produzir estes alimentos? Nem tampouco transformar o turismo ecológico como a principal atividade da Amazônia.

5 – Quinta revolução tecnológica. Nos últimos 50 anos, o país assistiu a quatro grandes revoluções tecnológicas desenvolvidas por pesquisadores nacionais. A criação da Petrobrás (1953) levou ao domínio da tecnologia de exploração de petróleo em mares profundos e o país atingiu a auto-suficiência. A fundação da Embraer (1969) levou o país a desenvolver aeronaves para mercados regionais, com procura internacional. A criação do Proálcool (1975) mostrou a capacidade brasileira de desenvolvimento de motores a álcool e a produção de um combustível alternativo não poluente em grande escala. A fundação da Embrapa (1973), que em conexão com Universidades e Institutos de pesquisa localizados no Sul, Sudeste e Centro- Oeste, levou ao domínio de técnicas agrícolas que possibilitaram a conquista dos cerrados, transformando no maior celeiro de grãos do país. Há necessidade de que uma quinta revolução tecnológica no país, se dê sobre a Amazônia, visando o domínio da sua biodiversidade, atividades mais apropriadas e encontrar novas alternativas econômicas.

Feitas estas considerações, propor-se-á algumas sugestões gerais com vistas à inclusão social, desenvolvimento adequado e progresso científico e tecnológico:

1 - Enfocar a biodiversidade do passado e do presente, em vez da imaginária. Há necessidade de ações concretas para a biodiversidade do passado e do presente e retirar a concepção abstrata do futuro. A participação dos produtos da biodiversidade amazônica, com exceção da madeira que representa 11% das exportações da Região Norte, as demais tem reduzida importância. No imaginário da sociedade ficam especulando sobre os recursos naturais da Amazônia para a cura dos males que afligem os povos desenvolvidos e esquece-se da biodiversidade já conhecida como o cacaueteiro, seringueira, reflorestamento, fruticultura, piscicultura, etc. Muitas propostas sobre o extrativismo vegetal apoiados pelos movimentos ambientalistas, governo e pelas próprias entidades de agricultores familiares apresentam grandes limitações ou, escondem outros propósitos políticos. Muitos desses produtos extrativos (pau-rosa, seringueira, fruticultura, reflorestamento, etc.) apresentam conflitos entre a oferta natural e a demanda e correm sérios riscos de perder excelentes oportunidades com o culto ao atraso.

2 – Uso das áreas já desmatadas com atividades e técnicas apropriadas. A redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia vai depender da utilização parcial das áreas desmatadas promovendo a conservação através do seu uso. A agricultura amazônica apresenta uma grande heterogeneidade, com produtores com alto padrão tecnológico utilizando transplante de embriões, mecanização e alta produtividade e, outros dedicando à

agricultura de derruba e queima. Há necessidade de aumentar a produtividade, tanto da terra como da mão-de-obra, como a maneira de reduzir a contínua incorporação de novas áreas de floresta.

O problema não está com a pecuária ou soja, mas com os sistemas adotados pelos produtores.

A pecuária americana com menos da metade do rebanho nacional produz o dobro de carne bovina.

3 – Recuperar áreas que não deveriam ter sido desmatadas. Um grande percentual das áreas desmatadas refere-se a Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal que não deveriam ter sido derrubadas, tais como margens de rios (Amazonas, Tocantins, Araguaia, etc.), áreas montanhosas ou pedregosas, etc. Esta recuperação deve ser efetuada de maneira natural ou induzida, com aproveitamento econômico. A venda de crédito de carbono deve ser entendida no contexto de *oferta versus demanda* e não do ócio do aluguel da Natureza.

4 - Infraestrutura de interesse produtivo e social. Não se pode conceber a inclusão social quando se sabe que no Pará apenas 39% das propriedades rurais possuem energia elétrica e 11% das estradas federais, estaduais e municipais estão asfaltadas. Grandes empresas como a Vale, Petrobrás, Alunorte, Eletronorte, Mineração Rio do Norte, Albrás, Pará Pigmentos S/A, etc. não podem ficar adotando projetos ambientais e sociais de fachada, de privilegiar apenas os locais de atuação direta, mas apresentam responsabilidade por um vasto território, no qual percentual dos lucros deveria ser investido em projetos de pesquisa, extensão rural, construção de pontes e estradas, etc. Os investimentos em C&T na Amazônia Legal que representam 3% do país deveriam quadruplicar para acompanhar o percentual da população residente na região.

5 – Os limites da agricultura familiar na Amazônia. Com a redução absoluta e relativa da população rural, a agricultura familiar terá que intensificar a sua agricultura. A atual população urbana/rural na Amazônia indica que cada pessoa no campo precisa produzir alimento para si e para mais três pessoas que moram nos centros urbanos, sem contar com as exportações. É indispensável aumentar a produtividade da terra e da mão-de-obra e sair da agricultura de derruba/queima. Como nunca vai ser possível inventar uma máquina que vá sangrar a seringueira, efetuar a colheita do cacau, cupuaçu, pupunha, açaí, pimenta-do-reino, etc., estas atividades podem ser mercado cativo da agricultura familiar. O Pará reduziu 300 mil pessoas rurais entre os dois últimos Censos Demográficos, aumentando o custo de oportunidade da mão-de-obra rural e inviabilizando àquelas atividades com menor produtividade e intensivas em mão-de-obra.

6 – Participação das despesas com alimentos. Os estudos de orçamentos familiares realizados no país tem demonstrado que as famílias pobres gastam de 70 a 80% do que ganham na compra de alimentos. As políticas públicas de apoio à agricultura familiar devem estar direcionado no sentido de aumentar a produção de alimentos básicos, reduzindo seus preços e com isso promovendo um aumento nos salários reais e a distribuição de renda.

7 – Lixo urbano. Um grande percentual da produção agrícola consumida transforma-se em lixo orgânico sob diversas modalidades, sem falar do lixo industrial. É importante promover a reciclagem do lixo urbano dos núcleos populacionais na Amazônia visando o seu

aproveitamento para a fabricação de compostagem, reduzindo a poluição nos mananciais de água, formação de lixões, etc. e seu aproveitamento na recuperação de áreas degradadas. O rio Amazonas está se transformando num grande esgoto das cidades ao longo da sua calha (Manaus, Parintins, Santarém, Rio Branco, etc.). Urge a criação de um condomínio dos países e dos Estados da calha do rio Amazonas e seus afluentes.

8 - Empregos mediante serviços comunitários. Na Amazônia Legal, mais de 2 milhões de famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando 18,02% do total nacional. Há necessidade do fortalecimento das políticas e programas sociais, que vêm avançando desde Governo Fernando Henrique Cardoso, com a Bolsa-Escola, Vale-Gás, Saúde da Família, Comunidade Solidária e que exige a consolidação na Bolsa-Família, quanto à necessidade de distribuir melhor a renda. Por outro lado esta *economia sem produção* precisa ser aprimorada mediante serviços comunitários, ambientais, etc. sob risco da perda de autoestima e do custo.

9 – Política de governo e política pública. Há necessidade de melhorar a gestão e a ética da máquina pública. Não confundir política de governo com política pública. Enquanto a primeira tem duração efêmera e de cunho personalista, a política pública deve transcender os interesses da sociedade. Essas transformações ensejam o desenvolvimento da agricultura voltada para o autoconsumo familiar, reduzindo ao mínimo as compras externas, bem como, no sentido macrorregional, de procurar equilibrar a balança comercial provocada pelas importações da Zona Franca de Manaus.

A inclusão social, o desenvolvimento adequado e a redução dos desmatamentos e queimadas na Amazônia dependem de ações concretas da mitigação da pobreza no Nordeste brasileiro, da geração de emprego e renda de contingentes urbanos e rurais, da melhoria do nível de educação formal, do progresso científico tecnológico, de infra-estrutura social e de vencer o atraso que se torna irreversível, de reflorestamento no Sul e Sudeste, substituir as importações, entre outros. Uma reforma trabalhista e previdenciária é necessária gerar mais empregos no campo e na cidade. A solução dos problemas não é independente, mas conectada com outras partes do País e do mundo. Ao longo de sua história, a Amazônia tem sido o receptáculo dos problemas econômicos e sociais de outras regiões do Brasil. Qualquer política de redução da pobreza a ser desenvolvida na Amazônia não pode ser realizada de maneira isolada, sob risco de transferir contingentes populacionais de outras localidades.